

Original

www.seel-sp.org.br | seel@seel-sp.org.br

Boletim | Edição 23 – Agosto de 2013



Órgão de divulgação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Editoras de Livros, Publicações Culturais e Categorias Afins do Estado de São Paulo.

Livro – resultado do trabalho do profissional em editora



A mensagem das centrais sindicais

O Dia Nacional de Luta, organizado pelas centrais sindicais, mobilizou milhares de pessoas em todo país e teve um objetivo muito claro: a defesa da pauta do trabalhador. Veja na **página 2**.

O SEEL é indispensável para defender os salários e direitos da categoria.

www.seel-sp.org.br

seel@seel-sp.org.br

Telefones: 5572-5725 ou

5908-8230

twitter.com/seel_sp

[www.facebook.com.seelsp](https://www.facebook.com/seelsp)

Campanha Salarial 2013

Foto: Daniel Paulo - SEEL



A comissão do SEEL no primeiro encontro para discussões da Campanha Salarial 2013

Na primeira rodada de negociação salarial deste ano os patrões acenaram apenas com o aumento pelo INPC do período. O SEEL também levou para a mesa o pedido de inclusão da cesta básica no valor de R\$ 150,00 no Acordo Coletivo. Veja na **página 3**

Editoras não cumprem as regras para o pagamento da PLR

Os trabalhadores têm procurado o SEEL com muita frequência para reclamar da falta de pagamento da PLR. Há descumprimento de prazos e datas, rendimentos de valores diferentes e até ausência de pagamento integral da partilha dos lucros. Veja na **página 4**

A mensagem das centrais sindicais no Dia Nacional de Luta

O Dia Nacional da Luta, convocado pelas centrais sindicais em 11 de julho e que mobilizou milhares de pessoas em todo o país, teve um objetivo específico e muito claro, reivindicar as mudanças na política econômica e o atendimento da pauta trabalhista: fim do fator previdenciário; redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem a redução salarial; reajuste digno para aposentados; mais investimentos em educação e saúde; transporte público de qualidade; fim do Projeto de Lei n. 4.330, que amplia a terceirização; reforma agrária e fim dos leilões do petróleo. As atitudes das lideranças sindicais foram as mesmas: defender os interesses da classe trabalhadora e enfatizar as questões que afetam diretamente a qualidade do trabalho no Brasil.

Essa foi a premissa da organização do ato que em nenhum momento teve a intenção de espetacularização, ao contrário, sua meta era a luta, com dia, hora e local marcados. Também não foi um ato de ruptura “mascarada” com o governo Dilma Rousseff, como a oposição e a mídia tentaram propagar. Falou-se em reivindicação encomendada em troca de benesses para a bancada sindicalista; uma análise superficial e rancorosa, mas condizente com o pensamento conservador que tenta a todo custo esvaziar e enfraquecer o movimento sindical. Alguns portais de notícias tiveram o cinismo de perguntar contra quem e para que era a luta. Contra ninguém,

mas sempre a favor dos interesses dos trabalhadores, para cobrar as providências do governo para a causa.

A mídia e a oposição ficaram a postos, agilizando na tentativa de plantar a sensação de fracasso da manifestação, mas lentas em sua capacidade de análise porque esperavam um contraponto às manifestações de junho convocadas pelo *facebook*, sem liderança e palanques. O protesto de 11 de julho, organizado pelas centrais sindicais, não teve realmente nada a ver com o anterior porque em nenhum momento esta semelhança foi cogitada pelos organizadores. Talvez o equívoco esteja em enxergar apenas agora as movimentações, protestos e marchas que os sindicatos fazem há anos. As chamadas dos telejornais paulistanos comemoravam o fato de não ter havido registros de violência nem de vandalismos em São Paulo, e de as atividades na cidade não terem sido interrompidas – outra ótica equivocada, pois esperavam ouvir nas ruas a linguagem sindical utilizada na década de 1970, pertinente apenas àquela época, em que o país ainda amargava o regime militar. Manifestações podem e devem ser pacíficas.

A “calmaria”, palavra usada pela mídia em tom provocativo, ocorreu porque os trabalhadores entenderam que o dia era para ser de greve geral. Não houve a falta de adesão como tentaram difundir alguns veículos de comunicação viciados em fazer a cobertura apenas dos eventos que



ocorrem no eixo Rio-São Paulo. Fazemos então a contagem da adesão: em Recife um ato reuniu 15 mil pessoas e em Belo Horizonte outras 10 mil. Várias marchas foram seguidas pelo país como Brasília, São Luiz, Fortaleza, Goiás e no Paraná. Em São Bernardo do Campo, o berço do movimento sindical, 4 mil trabalhadores ocuparam a Via Anchieta. Por fim, para citar o Rio de Janeiro, lá o protesto reuniu 20 mil participantes. Foram bloqueados os acessos a 40 portos e rodovias de 14 Estados e, ainda assim, a ordem foi mantida. Sinal de que houve liderança no controle de um movimento que tinha uma única mensagem a ser entregue: exigir do Congresso e do Senado a prioridade de votação na pauta da classe trabalhadora que está trancada há anos sem ser votada. Só defende o emprego quem depende dele como a maioria dos brasileiros assalariados que têm o trabalho como único meio de sobrevivência. Defender as conquistas trabalhistas obtidas até o momento sempre foi e continuará sendo relevante para as centrais sindicais, mesmo que não seja inédito, mesmo que não seja midiático.

Aumento real: por que não?



No dia 22 de julho, a Comissão de Negociação do SEEL encontrou-se com os representantes do SNEI (Sindicato Nacional dos Editores de Livros) para dar início à primeira rodada de negociação salarial deste ano. Em atitude já bem característica e padronizada, os patrões acenaram apenas com o reajuste dos valores conforme o índice do INPC referente ao período de setembro/2012 a agosto/2013. A justificativa dada para a pouca disposição em avançar nas negociações foi uma resposta também padrão: a atual conjuntura econômica nacional é desfavorável para um aumento real nos salários.

Na interpretação do SEEL o momento é, sim, oportuno para se falar em valorização salarial, pois o Brasil continua com a economia estável e em crescimento. O setor editorial brasileiro está em franca valorização e tem demonstrado ótimo desempenho financeiro quando divulga seus números para o mercado a fim de atrair investimentos para os seus negócios. As vendas em *e-books* é um ótimo exemplo do vigor dos negócios editoriais.

Em entrevista publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em janeiro deste ano, Roberto Feith, diretor da editora Objetiva e presidente do conselho da DLD, distribuidora de livros digitais que reúne editoras, como Objetiva, Record, Novo Conceito e outras, afirmou que as vendas em *e-books*, em 2013, cresceram dez vezes de dezembro de 2011 a dezembro de 2012. Para Feith, o crescimento deve girar em torno de 300%. Na mesma reportagem, a editora Companhia das Letras comemorou as suas cifras com aumento de 400% em vendas de *e-books* em 2012. A Saraiva também festejou a sua participação no novo mercado com 1,2 milhão de usuários de seu aplicativo para leitura em *tablets* e *smartphones*.

Diante de um cenário assim tão promissor, a Campanha Salarial da categoria deveria ter tido um ótimo retorno logo no primeiro encontro entre os representantes das editoras e o SEEL; afinal, é justo que os trabalhadores obtenham ganhos reais por levar as editoras a alcançar números tão ostentosos. Mas na hora de negociar os

salários da categoria os patrões invertem os números que divulgam durante todo o ano para se vangloriarem e partem para a choradeira de sempre. Além da preocupação com a valorização do salário, o Sindicato também levou para a mesa o pedido de inclusão da cesta básica no valor de R\$ 150,00 no Acordo Coletivo. Este benefício é um item social que já foi conquistado pela maioria das categorias profissionais e também beneficia os trabalhadores. Como os patrões não acreditam nisso, não sensibilizaram-se com o pedido. Fizeram a proposta de uma verba mensal de R\$ 350,00 para cada empregado, unificando, neste valor, vale-refeição e cesta básica. A comissão do SEEL não aceitou a proposta e um novo encontro foi marcado para o dia 12 de agosto, em que o Sindicato apresentará dados e estatísticas pertinentes aos dois benefícios.



Endereço: Rua Dr. Pinto Ferraz, 120, Vila Mariana, SP, CEP 04117-040. **Telefax:** (11) 5572-5725 - (11) 5908-

8230. **Horário de atendimento:** Segunda a sexta, das 9 às 18h. **Site:** www.seel-sp.org.br. **E-mail:** seel@

seel-sp.org.br. **Departamento Jurídico:** Atendimento: Segunda, das 17 às 19h. Quarta, das 9 às 12h. **Informações e agendamento:**

Segunda a sexta, das 9 às 18h (falar com Sônia). **Departamento Odontológico:** Consultas com hora marcada e agendamento: Tels.

(11) 5572-5725 e (11) 5908-8230 (falar com Gabriele). **BOLETIM ORIGINAL** – Órgão de divulgação do Sindicato dos Trabalhadores

em Empresas Editoras de Livros, Publicações Culturais e Categorias Afins do Estado de São Paulo. **Jornalista Responsável:** Ana Ribeiro

(MTb 27640). **Produção Editorial:** Dpto. de Comunicação do SEEL. **Revisão de texto:** Alzira Muniz. **Diagramação:** Verbo e Arte

Comunicação. **Ilustrações:** Fábio Sgroi. **Tiragem:** 5.000 exemplares.

Editoras deixam de pagar PLR

O pagamento da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) está previsto na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) pela Lei n. 10.101, de 2000. A PLR é discutida entre patrões e empregados e definida por ambos em Acordo Coletivo. Neste documento é firmado um compromisso entre as partes de que as metas, datas e valores acertados serão devidamente cumpridos. Deveria ser assim, entretanto, não é o que tem ocorrido com o pagamento da PLR para os empregados em editoras de livros.

Constantemente, os trabalhadores têm procurado o SEEL para reclamar da falta de pagamento da PLR por seus empregadores. Os desmandos praticados pelas editoras vão desde o descumprimento de prazos e datas, rendimentos acertados com valores diferentes dos acordados, até a falta de pagamento integral da partilha dos lucros. No Acordo Coletivo da categoria está previsto o pagamento da PLR em até 2 parcelas: a primeira com vencimento em 28/2/2013 e a segunda em até 31/8/2013. As empresas também podem optar por pagar o benefício em única parcela, que deveria ter sido feito até 31/5/2013.

Se todas as normas, valores e datas foram definidas e acordadas entre e patrões e empregados e firmadas em documento, qual é a mensagem que fica para o trabalhador quando ele percebe que os seus direitos não

estão sendo respeitados? Negligência, para dizer o mínimo, e falta de escrúpulos, pois a PLR é uma conquista do empregado por ter levado a empresa ao cumprimento de suas estratégias. Não se trata apenas de pagamento de bônus aleatório, mas de um compromisso de distribuição dos lucros aos funcionários por terem cumprido algumas metas preestabelecidas. Portanto, não pagar a PLR é lesar o trabalhador.

Para o SEEL é constrangedor apontar o dedo para as editoras e citar aqui o nome daquelas que não estão honrando o Acordo Coletivo e deixando de pagar benefícios importantes como a PLR e o auxílio-creche. Isso não faremos, mas as queixas apresentadas nos dão condições legítimas para que as acionemos junto ao Ministério do Trabalho e solicitemos que se faça uma fiscalização em relação a esses pagamentos. Se você também não recebeu o pagamento deste benefício, entre em contato conosco.



Trabalhador informado faz a diferença

As informações sobre os descumprimentos das leis trabalhistas sempre chegam ao SEEL por meio de você, trabalhador. Foi assim que constatamos a falta de pagamento da PLR e do auxílio-creche em algumas editoras. E não poderia ser de outro modo, afinal, é você quem está diariamente dentro das empresas, observa e vivencia os fatos por meio de sua rotina de trabalho. Por isso, é imprescindível mantê-lo sempre bem informado

acerca de seus direitos e também dos seus deveres enquanto trabalhador. Daí a nossa preocupação em conscientizá-lo sobre as principais transformações que ocorrem no mundo do trabalho e da legislação laboral. Porém, para usar a informação de modo estratégico é necessário, antes, conhecê-la. Colabore com o SEEL e fique atento ao que ocorre dentro de sua organização.

DEPODON

A higiene bucal não é apenas uma questão estética, pois muitos problemas de saúde começam pela boca. Por isso, o SEEL disponibiliza para os seus associados e dependentes o departamento odontológico (DEPODON), no qual poderão realizar o tratamento por preços abaixo do mercado. Para mais informações e orientações, ligue para 5572-5725 ou mande sua mensagem pelo e-mail: seel@seel-sp.org.br

Valores DEPODON

(Prevenção/Periodontia/Dentística)

Valor do piso referencial: R\$ 754,37

Pisos	Subsídio
0 a 4 (até R\$ 3.017,40)	100%
4 a 6 (de R\$ 3.017,40 a R\$ 4.526,10)	50%
6 a 8 (de R\$ 4.526,10 a 6.034,80)	25%
Acima de 8 (+ de R\$ 6.034,80)	0%
Ortodontia / Manutenção	R\$ 60,00

Cheque-teatro

Você já conhece o Cheque-teatro? É o convênio que oferece aos sócios do SEEL a possibilidade de conferir gratuitamente vários espetáculos teatrais apresentados em diversas regiões de São Paulo. Para utilizá-lo, o (a) associado (a) terá de levar um acompanhante que assistirá ao espetáculo com desconto entre 20 e 50% no valor do ingresso. Quem se associa ao SEEL ganha um cheque-teatro de brinde.

Cinema mais barato

Assistir àquele filminho no Cinemark com desconto é outra vantagem de ser associado ao SEEL. Os ingressos são válidos para as sessões em São Paulo e saem por R\$ 8,00. No dia do filme, basta trocá-lo na bilheteria.